

## Perícia aponta para execuções em 70% dos casos

*Agência Carta Maior - 11/07/06*

Dos 126 laudos já analisados pelo perito Ricardo Molina, referentes às mortes por armas de fogo no período de 12 a 19 de maio – quando o PCC realizou uma série de ataques e a polícia reagiu com força – cerca de 70% apresentam fortes indícios de execução sumária.

Bia Barbosa – Carta Maior

SÃO PAULO – Depois de mais de um mês de trabalho ininterrupto se debruçando sobre os laudos de vítimas de armas de fogo mortas entre os dias 12 e 19 de maio no Estado de São Paulo – quando o PCC realizou uma série de ataques e a polícia reagiu com força –, a equipe do perito Ricardo Molina concluiu que em cerca de 70% dos casos há fortes indícios de execução. Este percentual é relacionado a 126 laudos entregues à perícia do laboratório de Molina pela Comissão Especial Independente, formada por entidades de defesa dos direitos humanos e órgãos como o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e a Ouvidoria da Polícia de São Paulo. Os laudos foram obtidos pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina) e encaminhados à Comissão no final de maio. Desde então, estão sob a análise dos especialistas. Ao todo, são 492 laudos a serem estudados. O primeiro lote se refere a casos que, segundo a Comissão, foram identificados pela polícia como sendo de resistência seguida de morte.

De acordo com Ricardo Molina, o índice de letalidade presente nos 126 laudos é altíssimo. Em mais de 80% deles a vítima é atingida em áreas vitais, como cabeça e tórax, situações em que se morre no primeiro tiro. “A concentração de disparos em áreas de altíssima letalidade é patente. Nesses casos, não dá pra acreditar que a vítima morreu em tiroteio ou em perseguição. Quando se está correndo, há tiros nas pernas, nas costas. Estes foram tiros de curta distância e não em pessoas em movimento”, afirma o perito, que é professor da Unicamp.

O laboratório fez uma experiência e colocou todos os tiros num croqui do IML, como se eles tivessem sido dados em uma única pessoa. E o resultado foi que, pela distribuição dos disparos, há uma forte concentração na cabeça e no meio do peito das vítimas. Muitos dos tiros também foram dados de cima pra baixo, o que conflita com a descrição de perseguição em movimento. “Isso caracteriza execução, e não há dúvidas de que há muitas ali. Há casos de pessoas com quatro tiros no rosto, com pouca distância um do outro. Há corpos com 21 tiros. Essas pessoas foram metralhadas. Tem gente com tiros diversos num ângulo muito agudo, de cima pra baixo, como se já estivesse caída e continuasse tomando tiros. São casos muito gritantes”, afirma Ricardo Molina.

Por enquanto, a análise foi baseada somente nos laudos cedidos pelo Cremesp, já que os boletins de ocorrência referentes aos casos ainda não foram disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública, apesar de já terem sido solicitados pela Comissão Especial por duas vezes. Sem os B.O.s, não é possível saber se todos os 126 casos estudados envolveram a ação de policiais. Muitos podem ser vítimas de grupos de extermínio ou da ação de gangs. Segundo o ouvidor da Polícia Antonio Funari, 70 mortes ocorridas neste período foram atribuídas a ação de grupos de extermínio, com uma média de 5 tiros por vítima. Mas, segundo a perícia independente, se aqueles que envolveram policiais foram catalogados como resistência seguida de morte, há explicações que precisam ser dadas pela polícia.

O laboratório de Ricardo Molina teve acesso a três B.O.s, que estavam anexados aos laudos correspondentes, e verificou que as informações descritas nos boletins eram incompatíveis com o laudo do cadáver. Um deles, por exemplo, dizia que a vítima havia resistido à prisão, pego uma

moto e sido morta durante a perseguição da polícia. O laudo, no entanto, revelava a morte com seis tiros na cabeça. “Como você toma seis tiros em cima de uma moto em perseguição? E no mesmo lugar? São coisas absurdas. Isso é execução, não há como explicar de outro jeito”, avalia o perito.

Outro boletim de ocorrência fala em “morte suspeita”. “O que é morte suspeita? Isso não quer dizer nada e acontece muito na polícia, o que acaba mascarando estatísticas, porque não entra na relação de homicídios. E este é um procedimento mais comum do que imaginamos. Nestes casos, há um desvio de caso para pré-arquivamento até. Talvez morra muito mais gente de homicídio em São Paulo do que se divulga por conta disso”, pondera Molina. “Quando o B.O. dessas mortes vier à tona vai ser um escândalo”, acredita.

De acordo com Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, uma das entidades que integra a Comissão Especial, o Ministério Público teve acesso esta semana aos boletins de ocorrência referentes a estes 126 casos e deve disponibilizá-los logo para que a perícia faça o cruzamento de dados. Do restante dos 492 casos, nem o Ministério Público teve acesso ainda.

O estudo dos demais laudos deve ser concluído pela equipe de Molina no próximo mês. No entanto, o perito lembra que muita coisa pode ser feita pela polícia neste tempo. “Foram recolhidos mais de 100 projéteis dos corpos, e encaminhados aos delegados, que podem solicitar o exame de balística. A balística pode ou não descobrir qual foi a arma que disparou os tiros. Vai ser difícil encontrar a armas, mas é possível saber se várias pessoas foram mortas pela mesma arma. Isso caracteriza crime continuado, a vontade de executar várias pessoas. Seria possível saber, então, se um mesmo grupo matou essas pessoas, e fazer um mapa seguindo o rastro desta arma. Não sei de quem ela é, mas consigo saber que caminho ela percorreu. Isso pode ajudar a polícia a chegar nos responsáveis. Querendo investigar, chegamos lá”, conclui Molina.

O risco que se corre neste momento é que as investigações sobre as mortes do mês de maio sejam paralisadas em função dos novos ataques, desta vez contra agentes penitenciários, que já fizeram seis vítimas nas últimas semanas.